

**COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL,
INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA.**

REQUERIMENTO Nº , DE 2023
(Da Sra. Deputada Federal LAURA CARNEIRO)

Requer realização de reunião de audiência pública com o tema: “A Defensoria Pública como curadora especial da Criança e do Adolescente” para instruir o meu parecer ao PL nº 5.619, de 2020, que “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer medidas para assegurar o integral respeito ao direito à representação processual da criança, do adolescente e do jovem em situação de acolhimento institucional”.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de reunião de audiência pública com o tema: “A Defensoria Pública como curadora especial da Criança e do Adolescente”, para instruir o meu parecer ao PL nº 5.619, de 2020, que “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer medidas para assegurar o integral respeito ao direito à representação processual da criança, do adolescente e do jovem em situação de acolhimento institucional”.

Sugiro que para audiência pública sejam chamados os seguintes especialistas e autoridades, além de outras pessoas que podem vir a ser indicados por meus pares:

- Dr. Sérgio Luiz Ribeiro de Souza, magistrado titular da 4ª. Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.



- Palestrante a ser indicado pela Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos – ANADEP,
- Palestrante a ser indicado pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público- CONAMP,
- Palestrante a ser indicado pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família,
- Palestrante a ser indicado pela Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB,
- Palestrante a ser indicado pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE).

JUSTIFICAÇÃO

Fui designada relatora do Projeto de Lei nº 5.619, de 2020, cuja questão está em definir se é do melhor interesse da criança e do adolescente exigir a presença da defensoria pública como curadora especial do menor, mesmo naqueles casos nos quais o Ministério Público já estiver atuando como autor da demanda ou fiscal da lei.

Como regra geral, a representação processual de crianças e adolescentes é regulada pelos arts. 141 e 142 do ECA, segundo os quais, “*é garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos*”, *devendo os menores de dezesseis anos ser representados e os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da legislação civil ou processual*”.

A legislação, porém, de forma não tão clara, trata igualmente daqueles casos nos quais crianças e adolescentes encontram-se desamparadas do poder familiar ou nos quais têm interesses potencialmente em conflito com os dos genitores ou dos representantes legais.



De um lado, o art. 178, inciso I, do CPC dispõe que o Ministério Público será intimado para intervir como fiscal da lei nos processos que envolvam interesses de incapaz. Na mesma linha, o art. 201, inciso VIII, do ECA determina que compete ao Ministério Público “*zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis*”. Nos termos ainda do art. 155 do ECA, “*o procedimento para a perda ou a suspensão do poder familiar terá início por provocação do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse*”.

De outro lado, o art. 72, par. único, do CPC dispõe que o juiz nomeará curador especial ao incapaz, se não tiver representante legal, competindo a curatela especial à Defensoria Pública, nos termos da lei. Conforme ainda o parágrafo único do art. 142 do ECA, “*a autoridade judiciária dará curador especial à criança ou adolescente, sempre que os interesses destes colidirem com os de seus pais ou responsável, ou quando carecer de representação ou assistência legal ainda que eventual*”. Finalmente, o art. 4º, inciso XVI, da LC nº 80/94 consigna como uma das funções institucionais da defensoria pública o exercício da curadoria especial, nos casos previstos em lei.

Considerado o aparente conflito de normas sobre a necessidade de participação da defensoria pública, como curadora especial, nos casos em que o Ministério Público já estivesse a atuar na defesa dos interesses do menor, o Superior Tribunal de Justiça chegou a ser chamado a definir a questão em 2015. Ao interpretar o caso com base no CPC de 1973, aquele tribunal afirmou que caberia ao Ministério Público, não à Defensoria Pública, atuar na defesa de crianças e adolescentes, sendo desnecessária a nomeação da Defensoria como curadora especial em ação de destituição de poder familiar proposta pelo MP.¹

Na ocasião, o ministro João Otávio Noronha chegou a afirmar que “*tratando-se de ação de destituição do pátrio poder movida pelo Ministério*

¹Defesa de crianças e adolescentes exercida pelo MP dispensa intervenção da Defensoria Pública. In: https://www.stj.jus.br/sites/portalg/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2015/2015-04-20_07-41_Defesa-de-criancas-e-adolescentes-exercida-pelo-MP-dispensa-intervencao-da-Defensoria-Publica.aspx#:~:text=%E2%80%9CTratando%2Dse%20de%20a%C3%A7%C3%A3o%20de.legis%E2%80%9D%2C%20afirmou%20o%20magistrado.



Consoante anotou, muito embora artigos da legislação federal ainda atribuam a representação judicial ao Ministério Público, tais dispositivos contrariam o art. 129, IX, da Carta da República, segundo o qual são funções institucionais do Ministério Público “*exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas*”. Afirmou:

A função de *custos legis* é a de fiscalizar a estrita aplicação da lei, o que não necessariamente se compatibiliza com o interesse pessoal do interditando. Consequentemente, a cumulação de funções pelo Ministério Público pode levar à prevalência de uma das funções em detrimento da outra.⁴

Feita a contextualização do tema, considero importante que esta Comissão realize audiência pública para ouvir especialistas, promotores, advogados, magistrados e defensores públicos que atuem nos juízos da infância e juventude, os quais podem ajudar a esclarecer se a ausência de defensor público como curador especial, de fato, produz ou não prejuízo à defesa dos interesses de crianças e adolescentes.

Isso porque estamos a tratar de matéria na qual parece ter havido oscilação da jurisprudência e da legislação nos últimos anos, sendo importante, antes de novamente modificar a lei, ouvirmos pessoas que nos ajudem a melhor entender a relação de custo-benefício entre assegurar, de um lado, maior celeridade à tramitação dos processos e, de outro lado, mais uma instituição – a nobre defensoria pública - a cuidar dos interesses do menor.

Ante o quadro, peço o apoio dos meus pares para aprovar o presente requerimento.

Sala da Comissão, em 06 de julho de 2023.



4 Idem.



2023-10148

Deputada Federal LAURA CARNEIRO

6

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro

REQ n.33/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230854099500>

